

Fazenda Ministro fala por quase sete horas no Senado e garante que superávit de 4,25% do PIB será mantido por longos anos

Palocci defende sua política e recebe apoio

Ribamar Oliveira
De Brasília

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o governo não vai mudar a política econômica e que o superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) será mantido "por longos anos". "A política econômica, em seus pilares fundamentais, não vai mudar, não pode mudar e não precisa mudar", afirmou Palocci. Por quase sete horas o ministro falou em defesa da política econômica, em depoimento na CAE, onde demonstrou calma e serenidade.

O ministro foi tratado com simpatia pela oposição, que apoiou, em termos gerais, sua política econômica. No meio do seu depoimento, o ministro foi surpreendido pela entrada na sala da CAE do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP).

Numa atitude inédita na história da Comissão, ambos foram dar apoio a Palocci, cuja política está sendo questionada pelos próprios aliados do governo. Sarney e João Paulo ficaram poucos minutos na Comissão. "É um gesto de apoio ao ministro e ao trabalho que ele vem desenvolvendo. É também a certeza de que o Brasil vai encontrar o seu caminho para o desenvolvimento", afirmou o presidente do Senado, ao sair. "É para que o Brasil veja que estamos sustentando e garantindo o ministro. Pelo bem do Brasil", acrescentou o presidente da Câmara. Para João Paulo, Palocci "saberá o momento de ajustar a política econômica".

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), chegou a dizer que além de um bom ministro, Palocci era "um bom vendedor", numa referência à forma simpática e serena com que ele ouviu os questionamentos. Virgílio acha que o ministro acertou "no diagnóstico e no remédio", mas que "errou na dosagem". Para ele, o Banco Central reduziu os



RUY BARON/VALOR

Palocci: "A política econômica, em seus pilares fundamentais, não vai mudar, não pode mudar e não precisa mudar"

juros "menos do que poderia".

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), disse que o seu partido "apóia a política econômica do ministro Palocci". Na semana passada, a executiva do partido defendeu a mudança dessa política. Segundo ele, o PMDB "está na base e vai continuar". Renan pediu, no entanto, "medidas microeconômicas" que fortaleçam a retomada do crescimento econômico. "Não podemos perder tempo. Não podemos depender só da macroeconômica."

Durante o seu depoimento, Palocci adotou um tom conciliatório. "Não acho que as críticas que estão sendo feitas à política econômica sejam de má fé ou que sejam um movimento para desestabilizar o ministro", afirmou. "Não sou tão forte. Sou apenas um assessor do presidente da República, desde que ele considere que estou contribuindo para seu governo", acrescentou. Para o ministro, o debate sobre a política econômica é muito próprio do Brasil e já aconteceu em situações anteriores.

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) chegou a dizer que não se filia "ao grupo do grande economista José de Alencar", numa referência às declarações do vice-presidente da República, feitas no dia anterior, de que a política fiscal do governo é "irresponsável". O plenário da CAE riu da declaração de ACM, mas Palocci não. "As palavras do vice-presidente são ditas no espírito de colaboração. Ele é um homem íntegro, que propugna pelo crescimento econômico e defende um comportamento fiscal adequado. Ele apenas insiste que baixemos os juros", ponderou.

A manutenção de uma política fiscal austera "por muito tempo" é, na avaliação de Palocci, a melhor maneira de criar as condições para reduzir as taxas de juros. "O Brasil precisa de uma estabilidade de longo prazo". Para ele, o compromisso fiscal "é o compromisso" da atual equipe econômica. "Se ruir esse pilar não conseguiremos crescer, com inclusão social e com estabilidade", afirmou. "Não podemos mudar de

caminho à primeira inquietação".

Aos críticos da política econômica, Palocci lembrou que o Brasil já realizou um alongamento compulsório da sua dívida interna, mas afirmou que os resultados foram "desastrosos". Lembrou que a experiência recente do país mostra que "não é bom queimar etapas" pois a conta desses atalhos sempre é paga pelos mais pobres.

Palocci acha que talvez a atual inquietação de vários setores da sociedade decorra do fato de a agenda econômica deste ano ser mais difícil do que a de 2003. "No ano passado, o presidente Lula mobilizou o país em torno das reformas tributária e previdenciária e do ajuste das contas. Era uma agenda dura, mas fácil de entender. Agora temos uma agenda mais complexa, mais difícil de comunicar, que envolve questões microeconômicas", explicou.